



15° Congresso de Iniciação Científica

O INTERPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CONTEXTO DE ESCOLA INCLUSIVA

Autor(es)

BRUNA MENDES BERNARDINO

Orientador(es)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda

Apoio Financeiro

PIBIC

1. Introdução

O intérprete de língua de sinais é uma figura pouco conhecida no âmbito acadêmico. Existem poucos estudos no Brasil e no cenário mundial, tanto no que diz respeito ao intérprete de uma forma geral, quanto ao intérprete educacional especificamente. Para atender a condição lingüística especial dos surdos, propõe-se a inclusão de crianças surdas em classes do ensino regular juntamente com a inserção do intérprete de língua de sinais, visando o acesso dessas crianças aos conhecimentos trabalhados em uma língua mais adequada às suas necessidades, buscando criar um ambiente inclusivo bilíngüe. Assim, este estudo pretende conhecer detalhadamente o trabalho de intérpretes de língua de sinais que atuam no ensino fundamental, proporcionando aos alunos surdos acesso aos conteúdos escolares, além de favorecerem o desenvolvimento de linguagem destas crianças. Destaca-se também, a necessidade de estudar a relação entre Intérprete e criança surda, as relações da criança surda com os ouvintes que são mediadas por esses profissionais e a formação em serviço de tais profissionais, já que, em sua maioria não passaram por uma formação específica para atuarem nesta função. No Brasil, a profissão de intérprete ainda não é reconhecida e por esta razão, essa atividade é realizada por qualquer pessoa que tenha domínio de língua de sinais. Encontram-se atuando como intérpretes profissionais de diferentes áreas, como: pedagogos, fonoaudiólogos e pastores, entre outros. Foi apenas em 2005, com o Decreto Lei 5.626/2005 (22/12/2005) que regulamenta Lei LIBRAS (Lei 10.436), que a figura do Intérprete de Língua de Sinais passa a figurar em documentos oficiais. Todavia, é importante ressaltar que o direito à interpretação garantido pela lei, recentemente, ainda não reflete a realidade de muitos surdos no Brasil, que são atendidos, geralmente, de forma precária pelas instituições de ensino. Segundo Lacerda (2003), a questão da formação de intérpretes de Língua de Sinais é um tema inquietante, já que se sabe das inúmeras tarefas atribuídas a esse profissional no espaço escolar, sem que ele seja adequadamente formado para desempenhá-las.

A falta de preparo e formação específica, além de prejudicar a formação do aluno surdo, dificulta a escolha (contratação) e acarreta no descrédito da profissão: prejudicando os profissionais que têm investido na qualificação dentro desta área (Martins, 2006).

Nas décadas de 1980 e 1990, aumentou significativamente o número de crianças surdas inseridas em escolas regulares e conseqüentemente, a procura por intérpretes educacionais. Todavia, por não haver número suficiente de profissionais formados, qualquer pessoa que soubesse Língua de Sinais e se dispusesse ao trabalho era potencialmente um intérprete educacional, não sendo exigida formação ou qualificação específica, em muitos casos (Lacerda, 2002). Um primeiro ponto a ser focalizado é aquele relativo ao papel ocupado pelo intérprete na sala de aula, o qual é o mediador de relações estabelecidas entre o aluno surdo com os ouvintes. Outro aspecto relevante para a educação, é que o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar as informações em sinais, atuando normalmente na língua que tem domínio. De um modo geral, é através do intérprete que o surdo poderá se fazer ouvir e falar.

Lacerda (2005) menciona ainda que o intérprete enfrenta alguns problemas adicionais em sua profissão, pois precisa saber os sinais de diferentes disciplinas, às variações da língua no que diz respeito a diferentes faixas etárias dos alunos, interesses dos diferentes grupos sociais, entre outros aspectos. Outro ponto discutido é o lugar que o intérprete educacional deve ocupar em sala de aula de modo a desempenhar bem o seu trabalho, sem incomodar o professor e os ouvintes e que esteja visualmente acessível para o aluno surdo. Além disso, é importante construir com as crianças o conceito do papel de intérprete, para que elas percebam o valor e as particularidades desta figura presente em sala de aula. Segundo o Decreto Lei 5.626, Art. 17, “a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”. Portanto, a escola que os surdos precisam, defendida neste decreto, e a escola real oferecida aos surdos ainda são bastante distintas. A legislação pode inferir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição lingüística especial do surdo for compreendida e respeitada, e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngüe forem implementadas (Lacerda, 2006). A autora acredita que se os intérpretes de língua de sinais que atuam na educação tiverem uma formação adequada, que inclua o aspecto lingüístico e o pedagógico, poderão compreender melhor a importância do seu papel na escola inclusiva.

2. Objetivos

O objetivo deste estudo reside em conhecer mais detalhadamente o trabalho de uma intérprete de Língua de Sinais que atua no Ensino Fundamental, propiciando aos alunos acesso aos conteúdos trabalhados. Destaca-se como foco de análise sua relação com professores, alunos surdos e ouvintes e seu processo de formação em serviço ao longo de um ano de atuação.

3. Desenvolvimento

A pesquisa se desenvolveu em uma Escola do Ensino Fundamental da rede pública, na qual vem sendo desenvolvido em Programa de Educação Inclusiva Bilíngüe. Para a realização deste trabalho foi focalizada uma sala desta escola que conta com a presença de crianças surdas e Intérprete de LIBRAS. A sala focalizada é do segundo ano do primeiro ciclo, na qual estão matriculadas crianças de 8 a 9 anos, sendo 15 ouvintes e 5 surdas.

A intérprete aqui chamada de Mariana (nome fictício para resguardar sua privacidade) trabalha como intérprete há um ano nessa escola, sendo essa sua primeira experiência formal como intérprete. Aprendeu a LIBRAS por meio de apostilas juntamente com amigos de escola e se aperfeiçoou no contato com a comunidade surda na igreja que freqüentava, fazendo vários cursos rápidos de aprimoramento em LIBRAS, sem, contudo ter certificação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Foi aprovada como intérprete no exame nacional de proficiência – PROLIBRAS. Tem 20 anos, é formada em magistério e trabalhava como professora substituta no ensino fundamental e educação infantil. É casada com um surdo usuário de LIBRAS.

Para esta pesquisa, a técnica de coleta de dados adotada foi a entrevista semi-estruturada, a qual dá condições ao entrevistado de discorrer livremente sobre o tema que lhe é proposto, havendo algumas perguntas pré-determinadas, porém abertas, buscando favorecer o aspecto dialógico no momento da entrevista. Foram realizadas duas entrevistas com Mariana. A primeira realizada no início de 2006, quando a intérprete estava trabalhando há apenas uma semana na escola e não tinha experiência anterior de interpretação. Já a segunda entrevista, foi realizada no final do mesmo ano, e são justamente os modos como esta intérprete significa e re-significa sua prática ao longo de um ano de trabalho que serão aqui investigadas. As entrevistas foram áudio-gravadas e transcritas integralmente, buscando retratar as angústias, anseios e conforto de falar sobre certos assuntos.

Para realizar a análise das entrevistas, uma das formas de dar visibilidade ao material a ser interpretado são mapas organizados a partir dos conteúdos e categorias gerais presentes no material transcrito. Assim, os relatos foram divididos em trechos recortados das entrevistas, constituídos por uma ou mais palavras, expressões ou frases que reunissem em si um sentido pertinente a um certo conteúdo.

Identificados os temas, selecionaram-se e agruparam-se os trechos pertinentes a cada um deles, e buscou-se apresentá-los em um encadeamento temporal que respeitasse aquilo que foi apresentado na entrevista, mas que possibilitasse uma boa organização dos pontos a serem analisados. Neste artigo serão focalizados dados relativos ao papel do intérprete e à sua formação em serviço.

4. Resultados

Papel do Intérprete de Língua de Sinais Dados da 1ª entrevista E como você sente essa experiência? “Ah, eu gosto. Ta difícil, to pensando assim como eu vou melhorar, porque parece assim que é muita responsabilidade sobre mim, porque elas dependem de mim pra aprender, coitadas, então se eu não der o máximo elas não vão aprender. Como é que vai ser? É um pouco puxado, pesado, sabe, com muita responsabilidade, mas eu vou tentar”. A intérprete toma para si a responsabilidade de ensinar aos alunos surdos os conteúdos que deverão ser passados nesta etapa da educação, considerando que sua atuação não pode ficar restrita a interpretação simplesmente. Demonstra também insegurança acerca de seu papel como intérprete, pois percebe que nem sempre consegue alcançar os objetivos implicados em sua tarefa como intérprete educacional. Dados da 2ª entrevista Como você vê o trabalho como intérprete de libras? “Eu encaro como sendo uma profissão muito importante, porque é uma lei, né, tem uma lei pra isso, os surdos tem direito a ter uma pessoa que ajude eles com a linguagem deles...acho que é importante essa profissão”. Na segunda entrevista a intérprete demonstra mais segurança ao falar de sua profissão e faz referência a existência da lei que obriga a presença de intérprete de Língua de Sinais em escola regular. Todavia, como discutido anteriormente é importante ressaltar que este direito garantido pela lei recentemente, ainda não reflete a realidade de muitos surdos no Brasil, que são atendidos, geralmente, de forma precária pelas instituições de ensino.

Ressalta também a importância dessa profissão quanto às questões de linguagem e aprendizagem. Isso evidencia um crescimento e amadurecimento profissional adquirido ao longo de um ano de trabalho, ano este relativo a sua primeira experiência como intérprete educacional. **Formação em serviço** Dados da 1ª entrevista Quais as dificuldades que você enfrenta? “E eu to tendo dificuldade porque eu não to tendo recurso, não to tendo material pra isso, às vezes a professora...falta planejamento, ultimamente não tem tido tempo de dar...da professora planejar comigo as aulas. Só assim, na hora fica uma coisa assim...eu não tenho pressa daquela jeito, mas não é uma coisa planejada, onde você mostra o desenho, o surdo entende melhor, principalmente criança, né”. A intérprete apesar de não ter formação específica, percebe em sua prática a necessidade de adaptações, de um cuidado especial em como passar este ou aquele conteúdo e acaba desenvolvendo na prática, ações diferenciadas que emergem a partir de sua própria experiência e conhecimentos. Dados da 2ª entrevista Os alunos sempre prestam atenção no intérprete? “Não, nem sempre, né, às vezes eles ficam viajando, olhando pro lado, olhando pra professora...aí você tenta chamar a atenção deles, né, porque se eles não olharem, eles vão perder informação”. A dispersão dos alunos surdos aparece novamente na segunda entrevista, o que é normal por se tratarem de crianças que estão em pleno desenvolvimento e que estão atentas a tudo que acontece a sua volta. Portanto, a ILS tem que

desdobrar para atingir sua meta fazendo com que seu trabalho vá além de apenas interpretar. Todavia, na segunda entrevista a ILS não aponta para dificuldades outras ou maiores que aquelas informadas na primeira entrevista indicando que a experiência nesta atividade favoreceu com que encarasse certas situações não mais como dificuldades, mas como inerentes à rotina de seu trabalho como intérprete.

5. Considerações Finais

A possibilidade de reflexão sobre a própria prática pode auxiliar no processo de formação em serviço, pois é fundamental pensar e (re) pensar sobre suas experiências cotidianas para compreender melhor se objetivos foram alcançados, se as práticas realizadas foram as mais adequadas, entre outros. Quando o profissional atua sem a possibilidade de refletir sobre suas práticas, muitas vezes, não percebe os obstáculos e vantagens que seu espaço de trabalho oferece, sem transformar sua prática com ações que seriam possíveis, caso conhecesse melhor sua própria atividade. Contudo, os relatos da intérprete na primeira entrevista indicam uma série de queixas e problemas que não são retomados na segunda entrevista, mostrando que muitos dos obstáculos trazidos por ela inicialmente, não mais se configuram como dificuldades apontando para uma re-significação destes, como atividades inerentes à sua prática. Certamente ela desenvolveu estratégias para lidar com eles, a partir de suas vivências na escola, mas demonstra ter refletido pouco sobre tais mudanças.

Neste sentido, prosseguir com estudos que investiguem a atuação e formação do intérprete de Língua de Sinais mostra-se relevante, por se tratar de campo recente, que implica em educação de qualidade para alunos surdos, e que ainda está estruturada de forma incipiente.

Referências Bibliográficas

DECRETO LEI Nº 5626/2005. 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, Ana Claudia Balieiro e Cols. **Letramento e Minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____. **A escola inclusiva para surdos: refletindo sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula.** Roma: relatório científico de pós-doutorado apresentado à FAPESP. 2003.

_____, O intérprete de língua de sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental. **Contrapontos**, Itajaí, v.5, n.3, p.353-367, set/dez. 2005.

_____. O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. **Relatório Parcial. FAPESP Proc 00443-3/05. 2006.**

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. **Educação temática digital**, Campinas, v.7, n.2, p.157-166, jun. 2006.